

A HIPERTEXTUALIDADE DA CHARGE NO CONTRATO DE “DIVERSÃO” DE UM JORNAL DE INFORMAÇÃO

Vaneza Aparecida de Figueiredo VASCONCELLOS¹ (UFMG)

RESUMO: A charge constitui um dos procedimentos lúdicos do jornal impresso e parece materializar o contrato de “diversão” de um jornal de informação quando traduz intersemioticamente os editoriais, opiniões, notícias. A charge constitui um hipertexto que estabelece uma relação de imitação e de transformação com um hipotexto. Essa hipertextualidade da charge foi observada por meio da análise lingüística de uma charge publicada no jornal *Estado de Minas*. O uso de recursos como: caricaturas, fotos, desenhos e linguagem verbal transformam um texto sério em outro breve e irônico, o qual interage com o leitor e desperta a crítica e o riso.

RÉSUMÉ: La charge constitue l'un des procédés ludiques de la presse écrite. Elle semble matérialiser le contrat de “divertissement” d'un journal d'information quand fait la traduction intersemiotique des éditoriaux, opinions et nouvelles. La charge constitue un hypertexte qui établit un rapport d'imitation et de transformation avec un hypotexte. Nous avons étudié la hypertextualité de la charge par l'analyse d'une charge publiée dans le journal *Estado de Minas*. L'usage de recours comme les caricatures, les photographies, les dessins a transformé un texte sérieux en autre (bref et ironique) auquel fait une interaction ludique avec le lecteur et le réveille la critique et le rire.

1. Introdução

A charge, um dos procedimentos lúdicos do jornal impresso, faz parte do subcontrato de “diversão” inserido no contrato de comunicação do jornal de informação. Tais contratos têm suas bases na noção de contrato da Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau segundo a qual o contrato parte da pressuposição de que indivíduos que pertençam ao mesmo grupo de práticas sociais e culturais têm grandes possibilidades de se entenderem mutuamente e de estabelecerem um contrato. Logo, são seres passíveis de se deixarem influenciar pela fala do outro, o que leva ao estabelecimento de uma relação comunicativa com o seu texto, seja de concordar, discordar, não dar atenção. Segundo Machado (s.d.), existem tantos contratos quantas forem as situações de comunicação que vão se formando na interação entre os indivíduos como, por exemplo, o contrato didático, o contrato comercial, o contrato publicitário. Para que ocorra a troca interativa entre os parceiros, é necessário que ambos estabeleçam um contrato em que um sujeito comunicante coloca em cena suas intenções com a finalidade de produzir efeitos no sujeito destinatário da fala. O contrato de informação é o que preside toda a informação midiática cuja finalidade é levar ao leitor o mundo dos acontecimentos através da linguagem verbal ou de outros signos semióticos como a fotografia e o desenho.

2. O contrato de “diversão”

Para se obter a atenção do leitor, Machado (s.d.) informa que um contrato de “diversão” é, muitas vezes, inserido no contrato de informação do jornal impresso. Esse contrato de “diversão” se manifesta por meio de jogos, palavras cruzadas, desenhos ou “tirinhas” de humor, horóscopos, fotografias, etc. e aparece frequentemente em cadernos especiais, os quais focalizam, normalmente, assuntos mais amenos. A charge apresenta linguagem ambígua e irônica e pode ser inserida nesse contrato, embora nem sempre apareça nos cadernos especiais. A linguagem icônica da charge predomina sobre a linguagem verbal. A charge política, introduzida na imprensa brasileira desde o século passado por Ângelo Agostini, (ZIRALDO, 1975), bem como a charge de conteúdo social, têm espaço determinado na página do jornal. Exemplo disso são as charges de Chico Caruso publicadas na primeira página do jornal *O Globo*, bem como as de Son Salvador e as de Oldack Esteves, na página de opinião, do jornal *Estado de Minas*. Aliás, a charge é a notícia, o acontecimento transformado sob a visão da ironia e da crítica. O chargista, ao ler o jornal do dia, já constrói o seu desenho, pois a charge, como as notícias, tem prazo de validade e contexto específico.

¹ e-mail: alecri@uai.com.br

Embora nem sempre esteja inserida nos cadernos de assuntos amenos, a charge visa a provocar o riso e levar o leitor a refletir, podendo ser analisada como uma estratégia de captação do leitor, já que ironiza e parodia a notícia já publicada em outra parte do jornal como assunto “sério”. Segundo Machado (s.d.), a ironia constitui um agente poderoso, capaz de influenciar ou fazer passar determinadas opiniões ou idéias e, com isso, levar à reflexão, pois, ao retomar o mesmo assunto em tom de zombaria, procura mostrar a outra face, ou outras leituras possíveis da notícia.

3. A construção da charge

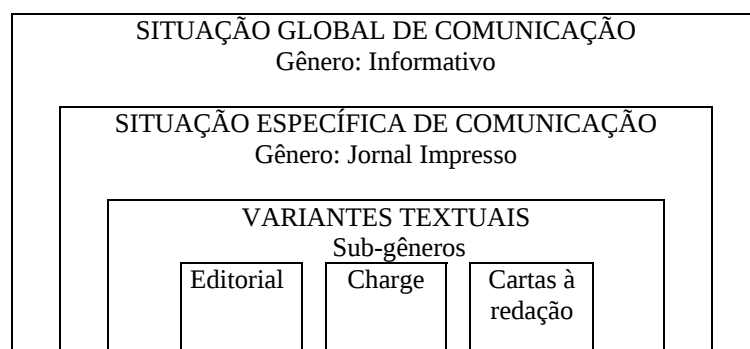
Para elaborar a charge, o desenhista se vale de vários recursos, principalmente das formas paródicas. Ele insere na criação da charge fotos, desenhos, palavras, conceitos, narrativas, símbolos que fazem parte de outros gêneros, usados na informação de caráter sério, e provoca uma inversão de valores, levando à leitura do “mundo às avessas” conforme postula a teoria da carnavalização de Bakhtin (1997). De acordo com Machado (2003), o uso de um gênero fora de sua situação de origem constitui uma transgressão que implica em ironia e subversão. A paródia está sempre construindo sentidos segundos em cima de um texto já do conhecimento público. A carnavalização se refere à influência determinante do carnaval na literatura, especialmente sobre o aspecto do gênero.

O carnaval criou toda uma linguagem de formas concreto-sensoriais simbólicas, entre grandes e complexas ações de massas e gestos carnavalescos. Tal linguagem não pode ser traduzida com o menor grau de plenitude e de adequação para linguagem verbal, (...). No entanto, é suscetível de certa transposição para a linguagem cognata, por caráter concretamente sensorial, das imagens artísticas, ou seja, para a linguagem da literatura. É a essa transposição do carnaval para a linguagem da literatura que chamamos de carnavalização da literatura. (BAKHTIN, 1997)

A charge, de acordo com o estudo de gênero efetuado por Charaudeau (1997), está inserida no contrato de “diversão” de um jornal de informação, o qual se inscreve em um domínio de situação midiática. O contrato, segundo Machado (s.d.) é necessário para que a troca interativa se opere entre os parceiros da comunicação, os quais partilham um mesmo imaginário social. Para conseguir interação com seu auditório e influenciá-lo, o locutor faz uso de estratégias. Essas estratégias se formam no componente intencional da relação contratual quando o sujeito comunicante manifesta intenção de influenciar o sujeito interpretante. O contrato de informação visa, principalmente, informar, fazer o leitor tomar conhecimento do que ocorre no seu mundo. Para “fazer-saber” ao leitor, esse contrato de informação pode utilizar diversos veículos. O jornal é um deles. O nosso estudo desenvolveu-se em relação ao jornal impresso, embora outras formas de jornal possam ser trabalhadas, como o jornal falado, televisivo, informatizado. O contrato de “diversão” inserido no jornal impresso parece constituir uma estratégia de captação e de sedução do leitor com o objetivo de manter a sua fidelidade, além de despertá-lo para os implícitos da notícia, para o outro lado dos textos ditos sérios, veiculados no jornal impresso. O humor, a ironia, desenhos, fotos, palavras cruzadas constituem estratégias de sedução do jornal, inseridas na expressão comunicativa.

4. A charge: subgênero ou variante textual

O jornal impresso, de acordo com a teoria dos gêneros do discurso de Charaudeau (2004, p.38) constitui, ele próprio, um subgênero do gênero informativo, este também um subgênero do gênero midiático. Essa classificação em gêneros, conforme o próprio lingüista adverte, oferece algumas dificuldades sobre o que realmente chamar de gênero: se às constantes do contrato situacional, às constantes da organização discursiva, ou às constantes formais. Ele propõe uma terminologia que mostra a interdependência entre os níveis situacional, discursivo e formal. Assim Charaudeau falaria de “gênero situacional” para se referir às condições do contrato, de “subgêneros” como se fala de “subcontratos” que são as variantes encaixadas em um contrato global. Para ilustrar os vários gêneros de acordo com a proposta de Charaudeau (2004) e seguindo esquema desenvolvido por Souza (2003:71), propomos o quadro abaixo:



Quadro n. 1 – Categorização de variantes textuais

Podemos falar de gênero charge como subgênero do jornal impresso e também como uma variante textual do jornal em virtude de características discursivas e semiolinguísticas específicas. O editorial e as cartas à redação, os quais aparecem na mesma página onde é publicada a charge, são também variantes textuais ou subgêneros do gênero jornal impresso. A charge normalmente deixa transparecer a postura político-partidária adotada pelos dirigentes do jornal.

Charaudeau (1997, p.16) fala que na classificação dos textos é necessário observar os pontos comuns e não as diferenças. Os pontos comuns são encontrados nos três níveis: nos componentes do contrato situacional, nas categorias de restrições discursivas e nos diferentes aspectos da organização formal do texto. Com referência a esse último nível, ele enfatiza as recorrências formais nos domínios seguintes:

- o da “mise-en-scène” textual, ou seja, a disposição no paratexto conforme Genette (1982) que fala sobre a composição das páginas de um jornal e sua organização em seções, rubricas e sub-rubricas;
- o domínio da composição textual interna, a saber, sua organização em partes, articulação entre elas e os jogos de envio e devolução de um a outro;
- o domínio da fraseologia, a saber, o emprego recorrente de locuções, fórmulas breves e outras figuras;
- o domínio da construção gramatical, a saber: a recorrência de tipos de construção (ativo, passivo, nominalizado, impessoal); as marcas lógicas (conectores) da pronominalização, anaforização, e a modalidade de tudo que concerne ao aparelho formal da enunciação.

5. Transtextualidade

Conforme visto acima, Charaudeau recorre à noção de paratexto como uma das categorias auxiliares para classificar o texto. Para Genette (1982), o paratexto constitui o segundo tipo de relação transtextual (ou transtextualidade: “tudo que é colocado em relação, manifesta ou secreta, com outro texto”). De acordo com essa noção, a charge pode ser considerada um elemento paratextual, uma vez que ocupa um espaço específico, numa determinada seção e página do jornal. Os leitores do jornal já estariam habituados a localizar a charge do dia naquele espaço determinado.

O termo paratextualidade foi inicialmente usado por Genette (1982) para designar o que depois ele chamou de transtextualidade. Assim a paratextualidade passou a ser considerada como o segundo tipo de relação transtextual, aquela que o texto propriamente dito mantém com o seu paratexto: título, subtítulo, prefácios, advertências, prólogos, etc.

Genette trabalha cinco tipos de relações transtextuais, a saber: 1) intertextualidade; 2) paratextualidade; 3) metatextualidade; 4) hipertextualidade; 5) arquitecturalidade.

A intertextualidade se refere à “relação de co-presença entre dois ou vários textos”, ou seja, a “presença efetiva de um texto em outro”, como é o caso da citação e do plágio. A paratextualidade, conforme dito acima, refere-se às relações que o texto mantém com elementos do paratexto como títulos, prefácios, notas marginais, epígrafes, ilustrações, errata, orelha e outros tipos de sinais acessórios. O terceiro tipo de relação transtextual, a metatextualidade, também chamada de comentário, é a relação que une um texto a outro texto do qual ele fala, sem necessariamente citá-lo ou mesmo nomeá-lo. O quarto tipo, a hipertextualidade, refere-se a toda relação que une um texto B (hipertexto) a um texto anterior A (hipotexto), do qual ele “brota” numa forma que não é a do comentário. O quinto tipo de relação é a que Genette

denomina arquitextualidade e trata-se de uma “relação completamente silenciosa” e que “articula apenas uma menção paratextual”, deixando entrever uma questão de gênero, o que pode sugerir um aspecto do arquiteito. (GENETTE, 1982).

A charge, segundo Genette, estaria inserida no quarto tipo de relação transtextual, a hipertextualidade, e constituiria texto derivado de um texto anterior por transformação indireta, ou seja, imitação. A transformação, que pode ser simples ou indireta, é diferente do metatexto. Este “fala” de um texto preexistente; a transformação, ao contrário, pode não falar nada do texto anterior, entretanto, a obra não poderia existir sem o texto preexistente do qual resulta.

Na transformação simples, um texto pode ser transformado apenas por um gesto mecânico, como a retirada de algumas partes, o que redundaria numa “transformação redutora”. Na transformação indireta, ou imitação, há necessidade de se ter o domínio, pelo menos parcial, dos traços que se desejou imitar. A charge constituiria um texto imitativo, portanto, mais complexo.

Para estudar de modo mais simplificado essas relações hipertextuais, é interessante examinar o quadro com as divisões funcional e estrutural, com a inserção da categoria de regime, proposto por Genette(1982), e que traz os vários gêneros hipertextuais, ou seja, práticas hipertextuais, como o pesquisador prefere denominar.

← humorístico →				
Regime Relação	lúdico	irônico	satírico	polêmico
transformação	PARÓDIA		TRAVESTIMENTO	TRANSPOSIÇÃO
imitação	PASTICHE		CHARGE	FORJAÇÃO

Quadro n. 2. Práticas hipertextuais com a inserção da categoria de regime (Genette, 1982).

Pode-se observar no quadro acima a colocação das práticas hipertextuais de acordo com os critérios funcional e estrutural, e a linha tênue que separa um gênero de outro, representada pela linha pontilhada, mostra as nuances a que estariam sujeitos os gêneros indicados. A charge, por exemplo, pode ser satírica sem ser necessariamente humorística. Tal fato dificulta a classificação entre pastiche e charge, travestimento e transposição etc.

6. Práticas hipertextuais

Para Genette, a mais importante das práticas hipertextuais é a transformação séria ou transposição, pela “importância histórica e pelo acabamento estético de certas obras que daí resultam”, como também “pela amplitude e variedade de procedimentos nela envolvidos”. Outras práticas hipertextuais teriam modificações pontuais ou mínimas, como é o caso da paródia; o travestimento sofreria um só tipo de transformação estilística (a trivialização), enquanto que o pastiche, a charge, a forjação seriam caracterizados pela prática da imitação, de acordo com a natureza do modelo, resultando em textos breves, sob pena de não obter a adesão do seu público.

Como se pode observar no quadro, há relação entre todos os gêneros mostrados. De acordo com a teoria de Genette, a charge parece estar inserida no terceiro tipo de transcendência textual a que ele chama de metatextualidade, mais conhecida como “comentário” (relação que une um texto a outro texto do qual ele fala, sem necessariamente citá-lo, até mesmo, em último caso, em nomeá-lo”). Parece-me que no caso da charge aparecem três situações de relação transtextual: o comentário (metatextualidade), a transformação e a imitação (hipertextualidades).

Percebe-se o “comentário” na charge, quando o chargista insere fatos noticiados nos jornais da semana, sem falar nas origens dos mesmos, mas dos quais todos têm conhecimento por se tratar de acontecimentos contextualizados. Pode-se falar de “transformação” pelo fato de se transpor, por exemplo, uma foto de um texto tido como sério para uma outra situação, o que, muitas vezes, lembra a carnavalização.

Fala-se de imitação porque o chargista, ao construir o seu texto, mostra domínio sobre o aspecto que imita deixando transparecer exatamente os traços que são pertinentes ao seu propósito.

Passaremos a examinar a hipertextualidade da charge usando preferencialmente os conceitos de hipotexto e hipertexto.

7. Charge: hipertexto de vários hipotextos.

O corpus deste trabalho compõe-se de uma charge de Oldack Esteves, publicada no jornal *Estado de Minas* em 18/06/04, no primeiro caderno, página de Opinião. Além da charge, fazem parte do *corpus* um artigo da página de política, publicado no *EM* do dia 17/06/04 sob o título “Costa quer punir laboratórios”, um artigo com o título “Lula entra em campo”, assinado pelos jornalistas Helayne Boaventura e Thiago Vitale Jayme, publicado na mesma data e no mesmo caderno, e que trata das articulações para aprovar a MP que fixa o salário mínimo em R\$260,00, e também o Editorial sob o título “Pobre e Ricos”, que fala sobre Comércio e Desenvolvimento e sobre concentração de rendas em mãos de poucos.

A charge de Oldack Esteves constitui um hipertexto de hipotextos diversos. Percebe-se a transtextualidade entre vários textos, a saber:

a) Hipertextualidade, mais especificamente uma “transformação” da foto do Ministro Humberto Costa, fotografado por Joedson Alves, documentando artigo político com o título: “Costa quer punir laboratórios”. Na charge, a foto foi publicada com outro texto: “*Dói demaisssss!...*” O chargista usou vários recursos, entre eles a repetição de letras, para acrescentar idéia de intensidade, ou seja, construiu-se um superlativo absoluto. Para quem não leu a reportagem do dia anterior e, portanto, não viu a foto, a interpretação da expressão facial do ministro Humberto Costa mais o discurso “*Dói demaisssss!...*”, ou seja, a “mise-en-scène” na situação de comunicação da charge, pode realmente pensar que se trata de manifestação dolorosa. Entretanto, quem viu a foto do jornal do dia anterior, percebe, imediatamente, a relação de transtextualidade entre os dois textos. Embora o segundo texto (a charge) não faça nenhuma menção à questão da saúde, o leitor compreenderá que se trata de uma crítica à situação contundente da fraude em laboratórios denominada pela imprensa de “Operação Vampiro”. Percebe-se a hipertextualidade através da “transformação” do hipotexto referente à “Operação Vampiro” do qual a foto é simplesmente transposta para outra situação de comunicação.

De acordo com a teoria de Patrick Charaudeau sobre a classificação dos gêneros discursivos, teríamos aqui um caso de transgressão que, segundo Branca-Rossof, citada por Charaudeau (1997, p.9), pode ser explicada pelo uso de determinadas locuções de um domínio de prática para outro que se crêem da mesma espécie de “*langues secondes*”. Constitui também um recurso de “carnavalização”, já que a foto foi transposta de um lugar sério para um irônico e crítico.

b) Na mesma charge, agora com uso do desenho, o chargista explora o problema da aprovação da medida provisória sobre o salário mínimo, questão amplamente divulgada em dias anteriores e também no mesmo caderno em que apareceu o artigo sobre a “Operação Vampiro”. O desenho mostra uma família do campo olhando aparentemente para o avião presidencial no céu (o assunto da compra do avião também virou polêmica em virtude do alto custo do mesmo para os cofres públicos) e a fala do homem que se supõe um camponês: - “*Olhe o salário mínimo!*”. O hipotexto, ou melhor, hipotextos, aparecem através da relação chamada metatextualidade, ou seja, do comentário. Os artigos que já foram publicados sobre o salário mínimo, a polêmica compra do avião presidencial, a aparente desproteção da família, sugerindo um sem-terra, a fala da personagem sobre o salário mínimo, tudo isso constitui hipotextos que deram origem à relação de hipertextualidade chamada de comentário.

c) A relação de hipertextualidade está presente nas figuras das tartarugas e também no discurso de uma delas: “*O Lula tá com amnésia aguda. Não lembra de nada*”. O hipotexto, nesse caso é a *vox populi* ou saber comum, representada pela fala das pacientes tartarugas personificadas. Esse discurso traz marcas de oralidade e imita o discurso coloquial (“tá” por estar) e o uso incorreto da regência do verbo “lembrar” que, na língua culta, seria “lembrar-se de”. Percebe-se aqui uma relação de “imitação” na construção da charge pela escolha de traços particulares da fala popular e do desenho da tartaruga que personifica animal sábio e paciente.

d) Pode-se, portanto, observar a relação de transtextualidade entre os vários textos abordados. A charge representa o hipertexto que seria o resultado das diversas relações de hipertextualidade: comentário, transformação e imitação de hipotextos diferenciados.

8. Conclusão:

O estudo da construção da charge com base na teoria da Transtextualidade de Genette mostrou-se bastante oportuno para a análise das relações de hipertextualidade (transformação, comentário e imitação) provando ser a charge um hipertexto de vários hipotextos. Esse estudo complementa a análise do discurso da “charge” de acordo com a teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau, uma vez que, enquanto esta última analisa os recursos estratégicos para a captação do leitor, a primeira verifica o tipo de relação estabelecida entre os diversos textos. Apesar de uma teoria se aplicar mais à Análise do Discurso, propriamente dita, como é o caso da Teoria Semiolingüística, a qual privilegia principalmente os textos ditos não-literários, e a Teoria da Transtextualidade se aplicar mais à análise de textos literários, parece não haver contradição na utilização de ambas as teorias no estudo da “charge”, a qual, aparentemente, está situada no entremeio entre o não-literário e o literário. No contrato informativo do jornal, a charge aproxima-se de um editorial, portanto, informação comentada e crítica; entretanto, de acordo com a idéia de *Palimpsestos* de Genette, constitui um texto literário de segunda mão.

9. Referências bibliográficas

AZEREDO, J.C.(org.) *Letras e Comunicação: uma parceria no ensino de língua . portuguesa*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

BAKHTIN, M.M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. . Trad. Paulo Bezerra, 2.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BOAVENTURA, H. e JAYME, T.V. Lula entra em campo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte. 17 jul.2004. Desafio, Política, p.3.

CHARAUDEAU, P. *Visées discursives, genres situationnels e construction textuelle*. Paris: Revue Réseaux n. 81, Janvier-Fevrier, 1997.

EDITORIAL: Pobre e ricos. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, Opinião, p. 8, 17 jul.2004.

ESTEVES, Oldack. Charge publicada no primeiro caderno, página 8, Opinião, *Estado de Minas* de 18 jun.2004.

GENETTE, G. *Palimpsestes: La littérature au second degré*. Paris; Ed. Du Seuil, 1982. Extratos: p.7-19, 39-48, 291-299, 315-321, 549-559. Traduzido por Luciene Guimarães e Maria Antônia Ramos Coutinho, Cap. 1, p.7-16, revisão de Sônia Queiroz.

MACHADO, I.L. *Anotações durante o curso de Análise do Discurso: gêneros transgressivos*. Poslin. FALE. 2º. semestre 2003.

MACHADO, I.L. *Paródia, humor e ironia: assim vai interagindo um jornal...*Artigo. UFMG (mimeog.) s.d.

MACHADO, I.L. Uma teoria de análise do discurso: A semiolingüística. In MARI et al (org.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD-FALE/UFMG, 2001.

OPERAÇÃO Vampiro: Costa quer punir laboratórios. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, Política, p.5 17 jul.2004.

Anexos:

- 1) Xerox da charge de Oldack Esteves EM, 18 junho 2004, Primeiro caderno, Opinião.
- 2) Xerox da foto e da notícia “Costa quer punir laboratórios” EM, 17 junho 2004.
- 3) Xerox da notícia “Lula entra em campo” EM.17 junho 2004.
- 4) Xerox do editorial “Pobres e ricos” EM, 17 de junho 2004.



1) Xerox da charge de Oldack Esteves EM, 18 junho 2004, Primeiro caderno, Opinião



2) Xerox da notícia “Costa quer punir laboratórios”, EM, 17 junho 2004

Presidente reúne líderes e cuida pessoalmente das articulações para tentar aprovar, se possível ainda hoje, a medida provisória que fixa o salário mínimo em R\$ 260

Lula entra em campo



O ministro da Articulação Política, Aldo Rebelo (n), reuniu a bancada do PMDB e ouviu uma série de reclamações dos aliados

HELAYNE BOAVENTURA e THIAGO VIZUE JAMES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou em campo ontem, pela primeira vez em seu governo, para articular uma votação importante para o governo no Congresso. Diante das ameaças de uma derrota no Senado da medida provisória que fixou em R\$ 260 o novo valor do salário mínimo, Lula pegou o telefone e falou ontem à tarde com alguns senadores resistentes à ideia de aprovar o novo valor. Até ontem à noite, o presidente recebeu em seu gabinete senadores que pretendiam votar contra o governo para derrotar a ideia. Na terça-feira, os aliados desenharam um cenário de derrota para o presidente. Mas ontem, depois de uma rápida reunião no Palácio do Planalto, os líderes dos partidos governistas avaliaram ser possível vencer hoje a votação da MP.

Os governistas contam não só com a mobilização do presidente. Contam também com a operação montada ontem para virar votos contrários. Depois de telefonar para o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) na terça-feira, o vice-presidente José Alencar ligou ontem para o senador Aelton Freitas (PL-AC), seu suplente no Senado. A executiva nacional do PL também fechou posição a favor da MP e enviou uma carta contundente para os três senadores do partido. Ameaçou até abrir mão da vaga no Ministério dos Transportes se não houvesse uma votação expressiva da bancada no Senado. Magno Malta (PL-ES) e Crivella, porém, declaravam ser totalmente contra o valor de R\$ 260.

O presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, também esteve no plenário do Senado para conversar com o seu contrórneo Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

um dos senadores que ameaçavam votar contra a medida provisória.

O governo chegou a cogitar a hipótese de aceitar a derrota e reverter o valor na Câmara. Lula preferiu, porém, fazer a tentativa decisiva junto aos senadores. Se não houvesse outra saída, a Câmara é uma opção arriscada. Até porque os líderes aliados na Casa se dividiram quanto às chances de uma nova vitória do Planalto.

A ideia é votar amanhã (hoje), anunciou a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), após deixar a reunião com o presidente. A situação, porém, ainda é difícil. Lula mostrou-se preocupado, por exemplo, ao saber que a cúpula do PMDB irá a Goiânia para o lançamento da candidatura do ex-senador Iri Rezende à prefeitura da cidade. A sessão do plenário será às 14h30 por garantia. Mesmo assim, o presidente pediu aos aliados para arrastar a sessão até que os peemedelistas retornem de Goiás.

LAMENTAÇÕES No trabalho para reverter os votos contrários, o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, reuniu-se também com a bancada do PMDB. Enfrentou um "muro de lamentações", na definição do anfitrião do encontro, Ney Suassuna (PMDB-PA).

A insatisfação com cargos provocou até a rebelião de Suassuna, vice-líder do governo no Senado, que ameaçou entregar o cargo para ter liberdade de votar contra o governo. A maior parte das reclamações foi com a nomeação de apadrinhados para cargos federais. O senador Gilberto Mestrinho (AM) reclamou de ter indicado um apadrinhado para a Caixa Econômica Federal e ter visto outro ocupar a vaga.

3) Xerox da notícia "Lula entra em campo" EM, 17 junho 2004

EDITORIAL

Pobres e ricos

Tem razão quem condena a política adotada pelos países adiantados, quando se trata das medidas discriminatórias que atingem o País. Em sua intervenção na XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), que vai até amanhã em São Paulo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reivindicou ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que os investimentos em infra-estrutura não sejam escriturados como "despesas". Quem sofre são as grandes parcelas de pobres e carentes (mais de 50 milhões de brasileiros), pois os investidores nem sempre cuidam do social. E ficou claro na que a abertura comercial privilegiou os ricos em prejuízo dos países pobres.

Basta ler os dados da pesquisa World Wealth Report (Relatório Mundial da Riqueza). Nem vale a pena analisar os números apresentados nos debates, explicitando que os 7,7 milhões de milionários do mundo concentraram US\$ 28,8 trilhões em 2003. Mas cabe dizer que o que sobra para poucos falta para 3 bilhões de pessoas que vivem nos 100 países sub-

Os 7,7 milhões de milionários do mundo concentraram US\$ 28,8 trilhões no ano passado

desenvolvidos, incluindo-se entre eles centenas de milhões de chineses e indianos.

Com relação ao Brasil, a superconcentração de renda permitiu a emergência de mais 5 mil milionários que, no ano passado, acumularam, cada um, riqueza acima de US\$ 1 milhão só em aplicações financeiras. Um crescimento assinalável, pois, se em 2002 (último ano do

segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso), os milionários brasileiros eram 75 mil, em 2003 (primeiro ano de governo Lula), as grandes fortunas já reúnem 80 mil pessoas. São conhecidos os dados recentes divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): os 10% de brasileiros mais ricos apropriam 42,2% do Produto Interno Bruto (soma de todas as riquezas produzidas pelo País) e os 20% mais pobres ficam com apenas 2,6% do PIB.

O retrocesso que se constata em todo o mundo é decorência da política imposta pelos países adiantados e da aplicação de medidas fiscais, alfandegárias e corte de políticas de cooperação internacional. O mundo pobre pagou, em 2003, mais de US\$ 270 bilhões em juros da dívida externa, o que contribui de forma marcante para reduzir o crescimento econômico e gerar exércitos de desempregados. No ano passado, conforme o EM registrou (16/6), os trabalhadores perderam as perdas de renda dos primeiros 16 meses do governo Lula, com uma queda de 5,2% da massa salarial.

4) Xerox do editorial "Pobres e ricos" EM, 17 junho 2004